



DISPÕE SOBRE PUBLICIDADE EM UNIFORMES DE ESCOLAS E CRECHES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ART. 1º - Ficam as escolas públicas e creches do Estado da Paraíba autorizadas a firmar convênios de parceria com empresas privadas, visando a aquisição gratuita de uniformes escolares em troca da afixação publicitária nesse mesmo fardamento fornecido pela empresa.

ART. 2º - As empresas podem, ainda, mediante acordo com as escolas, fornecer materiais escolares e de expediente, tendo como recompensa o direito de afixação de sua publicidade nas camisetas ou no material fornecido ao corpo discente do estabelecimento.

ART. 3° - Ficam as empresas obrigadas a atender em sua totalidade, os alunos da escola beneficiada com o convênio, fornecendo a cada um deles duas camisetas-ano, no mínimo.

ART. 4º - A afixação do logotipo da escola torna-se obrigatória em todas as camisetas do alunado.

ART. 5 ° - Os convênios resultatantes da aplicação desta Lei terá duração mínima de um ano, podendo serem renovados mediante conveniências das partes interessadas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficam excluída do convênios desta natureza, empresas de tabagismo, bebidas alcoolicas hem como a propaganda política e eleitoral

bebidas alcoolicas bem como a propaganda política e eleitoral. Art. 5° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1999.

TIÃO GOMES Deputado Aprovado em\_

Em/

Secretizio



**JUSTIFICAÇÃO** 

Diante dos parcos recursos financeiros dos pais de alunos da rede estadual de ensino e das próprias dificuldades financeiras enfrentadas pelo Poder Público no que se refere a manutenção das crianças nas escolas é que se busca novas opções, dentre as quais a adoção de escolas por empresas privadas, em troca de publicidade nos fardamentos escolares.

O convênio de parceria representa uma ganho significativo na qualidade do trabalho pois o alunado terá assegurado o seu fardamento durante todo o ano, pondendo, ainda a escola ser benefiada com a doação do material de expediente.

CONSTRUCTOR SUPPLIES ESTAD

ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA

### **SECRETARIA LEGISLATIVA**

# REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	ENMANGENTES E/OU TEMPORARIAS
Registro no Livro de Plenário Às fls. 140 sob o nº 140 99 Em 25 / 05 /1999 Div. de Assessoria ao Plenário	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 26 101 / 11999  Div. de Assessoria ao Plenário Diretor
Diretor	Demotido ao Departemento de Assistância
Remetido à Secretaria Legislativa No dia 105/1999  Div. do Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo	Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em,/1999.  Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário
	Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia//1999
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator Em 8 / 1/1999	Secretaria Legislativa Secretário
Secretario Secretario	Designado como Relator o Deputado  O 1999  Em 1999
Assessoramento Legislativo Técnico	Deputado Presidente
Em <u>8 / 6</u> /1999	Apreciado pela Comissão No dia//1999
Secretaria Legislativa Secretário	Parecer
No ato de sua entrada na Assessoria de	Secretaria Legislativa
Plenário a Presente Propositura consta	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta
10 U.p. ( )	Assessor

Designo como Relatar SUBSTITUTO





# Estado da Paraíba Assembléia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 140/99

Dispõe sobre publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino e dá outras providencias.

AUTOR: Dep. TIÃO GOMES

RELATORA: Dep. OLENKA MARANHÃO

PARECER Nº 142/99

# I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o Projeto de Lei Nº 140/99, de autoria do nobre Deputado Tião Gomes, que dispõe sobre publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino.

É o relatório

## II - VOTO DO RELATOR

A pretensão do ilustre parlamentar é meritória, visto que existe uma profunda preocupação por parte dos governantes, em diminuir os custos com a educação pública.

Diante dos parcos recursos financeiros dos pais de alunos da rede estadual de ensino e das próprias dificuldades financeiras enfrentadas pelo Poder Público no que se refere a manutenção das crianças nas escolas é que se



busca novas opções, dentre as quais a adoção de escolas por empresas privadas, em troca de publicidade nos fardamentos escolares.

Destarte para que o Projeto em tela tenha melhor aceitação ofereço Emenda Aditiva, oferecendo ao Poder Executivo a sua regulamentação.

### EMENDA ADITIVA Nº 01/99

Art.1°. Fica aditado ao Projeto de Lei nº 140/99 o Art. 5° " cabe ao Poder Executivo regulamentar a matéria".

Art.2°. Enumera os demais artigos remanescentes.

Sala das Comissões, 03 de agosto de 1/999.

OLENKA MARANHÃO Deputada Estadual

Diante do exposto voto pela **constitucionalidade** do Projeto de Lei, n.º 140/99,bem como a Emenda Aditiva nº 01/99, na sua íntegra.

É o voto

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1999.

Dep. OLENKA MARANHÃO

RELATORA



# III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda o parecer da Senhora Relatora, pela **constitucionalidade**, do Projeto de Lei Nº 140/99, bem como a Emenda Aditiva nº 01/99, na sua íntegra.

È o parecer. Sala das Comissões, un de agosto de 1999.

Dep. VITAL FILHO PRESIDENTE

Dep. LUIZ COUTO MEMBRO

Dep. OLENKA MARANHÃO

RELATORA

Dep. CARLOS MANGUEIRA MEMBRO Dep. ZENÓBIO TOSCANO MEMBRO

Dep. JOÃO PAULO MEMBRO

Dep. JOÃO FERNANDES MEMBRO

Voto Contrário Ao Parecer do Relator Em. 14/08/199

DEPUTADO

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

Atro ferro

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

Em. 12/ 08/ 29

Chy I me Sw)

Voto Contrário

Ao Parecer do Relator

Em, 17/ 1/25 155



Comissão de Constituição, Justiça e Redação



#### PROJETO DE LEI Nº. 140/99.

DISPÕE SOBRE PUBLICIDADE EM UNIFORMES DE ESCOLAS E CRECHES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AUTOR: Dep. Tião Gomes.

RELATOR SUBSTITUTO: LUIZ COUTO

# PARECER VENCEDOR Nº 154/99

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº. 140/99, de iniciativa do ilustre Dep. Tião Gomes, tem por objetivo, dispor sobre a publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino.

Vindo a esta Comissão, a Senhora Relatora, Dep. Olenka Maranhão, concluiu pela declaração de constitucionalidade da matéria em epígrafe, sendo o seu voto vencido na Comissão, cabendo-me na condição de Relator Substituto a elaboração do parecer vencedor, na forma regimental.

É relatório.







#### II - VOTO DO RELATOR

Divergindo da conclusão da Relatoria, nesta Comissão, entendemos que apesar de louvável, justo e meritório, o Projeto de Lei em epígrafe, invade a competência privativa do Governador do Estado, preconizada no art. 63, § 1º., inciso II, alínea "e" da Constituição Estadual, de iniciar com exclusividade o processo legislativo dos assuntos relacionados com a criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública, limitando-se, portando, o Deputado, a legislar sobre tais matérias, - no caso em análise - matéria pertinente às atribuições das Secretarias de Estado - após desencadeado o respectivo processo de elaboração legislativa pelo Governador do Estado.

Diante de tais considerações, somos de parecer, pela DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei nº 140/99, por vício formal de iniciativa.

É o voto

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1999.

LUIZ COUTO







## III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça Redação, é de parecer pela DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE do **Projeto de Lei N°**. **140/99**, nos termos do Voto do Senhor Relator Substituto.

Participaram da votação os Senhores Deputados Vital Filho - Presidente; Olenka Maranhão - Relatora; Carlos Mangueira; Luiz Couto, João Paulo, João Fernandes e Gervásio Maia - Líder do PMDB, em substituição ao Dep. Zenóbio Toscano - ausente. Votaram pela DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE os Senhores Deputados: Vital Filho, Carlos Mangueira e Olenka Maranhão, sendo os seus votos vencidos na Comissão. Votaram pela DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE os Senhores Deputados: Luiz Couto, João Paulo, João Fernandes e Gervásio Maia, sendo os seus votos vencedores.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1999.

DEP. VITAL FILHO

Presidente

DEP. PLENKA MARANHAO

Membro

DEP. CABLOS MANGUEIRA

Membro

DEP. JOÃO PAULO

Membro

DEP. GERVÁSIO MAIA

Membro

Membro / Relator Substituto

DEP. JOÃO FERNANDES

Membro

APROVADO

PRESIDENT

3



# Estado da Paraíba Assembléia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa





#### PROJETO DE LEI Nº 140/99.

DISPÕE SOBRE PUBLICIDADE EM UNIFORMES DE ESCOLAS E CRECHES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR : DEP. TIÃO GOMES RELATOR: JOÃO FERNANDES

# PARECER N= D3 99

# **RELATÓRIO**

Chega a Comissão de Educação, Cultura e Desportos o Projeto de Lei nº 140/99, de iniciativa do Deputado Tião Gomes, que "Dispõe sobre publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino e dá outras providências.

A matéria tramitou na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebeu parecer da Relatora Deputada Olenka Maranhão pela constitucionalidade, sendo seu voto vencido na Comissão e, em conformidade regimental, fora designado o Deputado Luiz Couto como relator substituto para elaboração do parecer vencedor, tendo recebido recurso interposto pelo Deputado Tião Gomes, sendo este aprovado em Plenário por unânimidade em Sessão Ordinária realizada no dia dia 1º de dezembro de 1999, para logo após submeter-se à consideração desta Comissão de mérito.

É o relatório.





#### **VOTO DO RELATOR**

A matéria apresentada pela ilustre Deputada Tião Gomes, dispõe sobre a autorização das escolas públicas e creches do Estado da Paraíba a firmar convênios de parceria com empresas privadas, visando a aguisição gratuita de uniformes escolares em troca de afixação publicitária nesse mesmo fardamento fornecido pela empresa.

Quanto ao aspecto meritório, a matéria é oportuna e reveste-se de relevante interesse público e mostra-se de elevado alcance social a sua pretensão.

Por todo exposto. declaro voto pela meu APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 140/99.

É o voto

Sala das Comissões, em 14 de Dezembro de 1999

# PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação, Cultura e Desportos, adota e recomenda o parecer do Senhor Relator, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 140/99.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de Dezembro de 1999

DEP. JOÃO FERNANDES

PRESIDENTE - 1

DEP. RUY CARNEIRO MEMBRO

DEP. ARTHUR CUNHA LIMA

**MEMBRO** 

DEP. VALDECI AMORIM **MEMBRO** 

DEP. JOÃO DA PENHA

MEMBRO

A:\FANTA PL140 doc Aprovado





#### ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Casa de Epitácio Pessoa

OFÍCIO Nº 147/99

João Pessoa, 16 de dezembro de 1999.

Senhor Governador,

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 140/99 de autoria do Deputado TIÃO GOMES que "Dispõe sobre publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino e dá outras providências"

Atenciosamente,

OMINANDO DINIZ

residente

Ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ TARGINO MARANHÃO **GOVERNADOR DO ESTADO** NESTA



Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 147//99 PROJETO DE LEI Nº 140//99

Dispõe sobre publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino e dá outras providências.

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

- Art. 1º Ficam as escolas públicas e creches do Estado da Paraíba autorizadas a firmar convênios de parceria com empresas privadas, visando a aquisição gratuíta de uniformes escolares em troca da afixação publicitária nesse mesmo fardamento fornecido pela empresa.
- Art. 2º As empresas podem, ainda, mediante acordo com as escolas, fornecer materiais escolares e de expediente, tendo como recompensa o direito de afixação de sua publicidade nas camisetas ou no material fornecido ao corpo discente do estabelecimento.
- Art. 3º Ficam as empresas obrigadas a atender em sua totalidade, os alunos da escola beneficiada com o convênio, fornecendo a cada um deles duas camisetas-ano, no mínimo.
- Art. 4º A afixação do logotipo da escola torna-se obrigatório em todas as camisetas do alunado.
- Art. 5º Os convênios resultantes da aplicação desta Lei terá duração mínima de um ano, podendo serem renovados mediante conveniências das partes interessadas.

Parágrafo Único – Ficam excluídas dos convênios desta natureza, empresas de tabagismo, bebidas alcoolicas bem como a propaganda política e eleitoral.

Art. 6º Compete ao Poder Executivo a regulamentação da presente

Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 16 de dezembro de 1999

NOMNANDO DINIZ
Presidente



LEI N.º 6.847 , DE 28 DE JANEIRO DE 2000

Dispõe sobre publicidade em uniformes de escolas e creches da rede estadual de ensino e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

- Art. 1º Ficam as escolas públicas e creches do Estado da Paraíba autorizadas a firmar convênios de parceria com empresas privadas, visando a aquisição gratuita de uniformes escolares em troca da afixação publicitária nesse mesmo fardamento fornecido pela empresa.
- Art. 2º As empresas podem, ainda, mediante acordo com as escolas fornecer materiais escolares e de expediente, tendo como recompensa o direito de afixação de sua publicidade nas camisetas ou no material fornecido ao corpo discente do estabelecimento.
- Art. 3º Ficam as empresas obrigadas a atender em sua totalidade, os alunos da escola beneficiada com o convênio, fornecendo a cada um deles duas camisetas-ano no mínimo.
- **Art. 4º** A afixação do logotipo da escola torna-se obrigatório em todas as camisetas do alunado.
- **Art. 5º -** Os convênios resultantes da aplicação desta Lei terão duração mínima de um ano, podendo ser renovados mediante conveniências das partes interessadas.



Parágrafo Único – Ficam excluídas dos convênios desta natureza, empresas de tabagismo, bebidas alcóolicas bem como a propaganda política e eleitoral.

Art. 6º - Compete ao Poder Executivo e regulamentação da presente Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, <sup>28</sup> de janeiro de 2000; 110º da Proclamação da República.

JOSÉ TARGINO MARANHÃO GOVERNADOR